

LEI Nº 1.953, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1991.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

~~**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO, PARA O EXERCÍCIO  
DE 1992.**~~

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo aprovou, e eu, ~~PREFEITO MUNICIPAL~~, sanciono a seguinte Lei:

~~**Art. 1º** – O Orçamento-Programa do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1992, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, Estima a Receita e Fixa a Despesa em Cr\$ 1.330.000.000,00 (um bilhão, trezentos e trinta milhões de cruzeiros).~~

~~**Art. 2º** – A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria SOF/SEPLAN nº 06, de 09/06/82, atualizada pela Portaria SOF nº 37 de 02/08/89, e de acordo com o seguinte desdobramento:~~

		Cr\$	Cr\$ 1,00
<b>1</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		1.316.600.000
1.1	Receita Tributária	86.000.000	
1.2	Receita Patrimonial	34.290.000	
1.3	Receita Industrial	250.000	
1.4	Transferências Correntes	1.150.800.000	
1.5	Receitas Diversas	16.260.000	
<b>2</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		13.400.000
2.1	Alienação de Bens	2.000.000	
2.2	Transferências de Capital	10.400.000	
2.3	Outras Receitas de Capital	1.000.000	
	<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>1.330.000.000</b>	<b>1.330.000.000</b>

~~**Art. 3º** – A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo I à Portaria SOF nº 008 de 04/02/85, conforme desdobramento a seguir:~~

		Cr\$ 1,00
01	<u>Câmara Municipal</u>	120.000.000
02	<u>Gabinete do Prefeito</u>	100.000.000
03	<u>Sec. Municipal de Administração</u>	84.150.000
04	<u>Sec. Municipal de Finanças</u>	49.000.000
05	<u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u>	287.600.000
06	<u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u>	412.495.000
07	<u>Sec. Munic. Saúde e Assistência Social</u>	215.755.000
08	<u>Sec. Municipal Agropecuária</u>	61.000.000
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.330.000.000</b>

~~**Art. 4º** – As dotações orçamentárias serão movimentadas pelos órgãos da Administração.~~

~~**Art. 5º** – Integram a presente Lei o Orçamento do |Fundo Municipal de Saúde (FMS).~~

~~**Art. 6º** – A execução do presente Orçamento obedecerá às diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.~~

~~**Art. 7º** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar, até o limite de vinte por cento (20%) do Orçamento das Despesas, nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.320, de 17/03/64 e na forma prevista no art. 43, § 1º, itens I a IV da mesma Lei, extensivo ao Poder Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 8º** – Esta Lei entrará em vigor a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e dois (01.01.1992), revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 11 de dezembro de 1991.~~

---

~~**ROBERTO LUCIANO DUARTE**~~

~~**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.